8) Disposições gerais e transitórias

Art. 31.º O ano social do Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira corresponde ao ano civil.

Art. 32.º Só é permitido o uso das marcas nacionais às entidades inscritas no Grémio.

Art. 33.º Para os mercados de venda à consignação o Grémio poderá limitar o número de firmas para as quais as consignações são dirigidas.

§ único. O Grémio poderá nomear um delegado em cada praça estrangeira, cujas funções consistem em informar o Grémio sobre tudo que interessa à exportação nessa praça, bem como fiscalizar as vendas, e remeter ao Grémio as cotações recebidas pelos produtos, com a indicação da entidade exportadora.

Art. 34.º Todas as importâncias cobradas pelo Grémio serão depositadas em conta corrente, à sua ordem, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, sede, filial, agência ou delegação, para serem levantadas e aplicadas em conformidade com as disposições deste decreto e demais regulamentos.

Art. 35.º Os levantamentos de fundos serão feitos por meio de cheques assinados por dois membros da direcção do Grémio, devendo o pagamento das despesas, devidamente visadas, fazer-se também por cheques e estes ser entregues contra recibo devidamente selado e assinado.

Art. 36.º O Grémio exercerá a fiscalização do comércio de exportação de frutas e de produtos hortícolas.

§ 1.º Para o efeito do disposto neste artigo, ficam os sócios do Grémio obrigados a permitir a livre entrada nos seus armazéns e escritórios a qualquer director ou representante do Grémio, devidamente habilitado, bem como ao delegado do Governo, e a exhibir, para exame, toda a documentação que lhe fôr exigida, com excepção dos livros de escrita.

§ 2.º Toda a verificação de documentação referente ao movimento comercial de cada sócio será rigorosamente confidencial e reservada, não podendo em caso algum aproveitar a outrem, directa ou indirectamente.

§ 3.º Quando estiverem fixados os preços mínimos, cada sócio enviará mensalmente à direcção do Grémio o mapa com a indicação das quantidades, qualidades e preços de venda das frutas e produtos hortícolas exportados, o qual poderá ser controlado pelo delegado do Governo, que, para o efeito, examinará a documentação referente às encomendas, incluindo os contratos, e comunicará à direcção do Grémio as inexactidões encontradas, a fim de esta promover a respectiva sanção.

Art. 37.º O Grémio organizará o arquivo e registo de todas as marcas de exportação dos seus associados autorizadas legalmente.

Art. 38.º Aos membros da direcção e ao delegado do Governo serão concedidas as regalias de entrada e livre trânsito nas estações e locais de carga e descarga de qualquer meio de transporte, terrestre ou marítimo, para o que lhes serão fornecidos cartões de identidade, visados pelas autoridades competentes.

Art. 39.º No caso de ser decretada a extinção do Grémio, o Ministro do Comércio e Indústria resolverá sobre a aplicação a dar às importâncias que houver em cofre.

Art. 40.º A primeira mesa da assemblea geral e a primeira direcção do Grémio são de nomeação do Ministro do Comércio e Indústria, de entre os exportadores que vierem a inscrever-se dentro dos trinta dias imediatos ao da publicação deste decreto, e os seus mandatos não terminarão antes de 31 de Dezembro de 1937, podendo porém o mesmo Ministro, até essa data, substituir livremente qualquer dos nomeados.

§ único. Emquanto não reunir a primeira assemblea geral todos os assuntos da competência dessa assemblea geral serão resolvidos em reunião conjunta do seu presidente com os membros efectivos e substitutos da direcção.

Art. 41.º Decorridos trinta dias após a data da publicação deste decreto só é permitida a exportação de frutas e produtos hortícolas da Ilha da Madeira às entidades inscritas no Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Sebastião Garcia Ramires.

Junta Nacional de Exportação de Frutas

Decreto n.º 25:464

Delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira

O arquipélago da Madeira reúne, pela sua situação privilegiada, condições excepcionais para o desenvolvimento económico da produção de frutas e produtos hortícolas de exportação.

Nêle encontram meio propício ao seu crescimento e frutificação as espécies das zonas temperadas, cujos produtos gozaram há algumas dezenas de anos de fama justamente adquirida. A cerejeira, a pereira, e pessegueiro, os citrinos e outras espécies ocupavam, antes do ataque de várias fitonoses que as definharam e fizeram desaparecer, lugar de relativa importância na economia da Ilha da Madeira.

Por virtude da razão apresentada, a produção madeirense de frutas restringiu-se à das espécies tropicais — a bananeira, a anoneira, a manga, a papaia, etc. —, as quais encontram igualmente no clima ameno da Madeira meio óptimo para o seu desenvolvimento.

No campo da horticultura as possibilidades não são inferiores.

Faz-se hoje, na Madeira, um importante comércio de exportação de feijão verde — a vaginha. Para os mercados ingleses e para os portos nacionais são enviados este e outros produtos hortícolas, em embalagens que não obedecem às mais rudimentares normas de escolha e acondicionamento.

Urge portanto olhar seriamente para este recanto do nosso País, procurando defender e melhorar o cultivo e apresentação das espécies que dão actualmente origem a importante comércio de exportação, e criar o interesse pelas espécies cujo cultivo foi abandonado e para a instalação das quais a Madeira apresenta reais condições.

Nestes termos e usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 22:800, de 4 de Julho de 1933, é criada a Delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira, com sede no Funchal.

Art. 2.º A Delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira será constituída pela forma seguinte:

a) Um engenheiro agrónomo nomeado pelo Ministro do Comércio e Indústria, que será o presidente;

b) Um cultivador de livre escolha do Ministro do Comércio e Indústria;

c) Um representante do Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira;

d) Um secretário técnico proposto pelo presidente da Delegação.

Art. 3.º À Delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira compete:

1) Autorizar o uso da «Marca nacional» e das marcas «Frutas portuguesas de exportação» e «Produtos hortícolas portugueses de exportação», a aplicar às frutas e produtos hortícolas da Ilha da Madeira e que se destinem aos mercados externos;

2) Velar pelos interesses dos cultivadores, designadamente pelo que respeita aos preços de venda;

3) Dar cumprimento aos decretos regulamentares relativos à produção e comércio das frutas e produtos hortícolas da Ilha da Madeira;

4) Propor à Junta Nacional de Exportação de Frutas:

a) Os tipos de taras e processos de acondicionamento a considerar na exportação;

b) O contrato do pessoal que julgar necessário e as normas que devem regular as suas atribuições;

c) Todas as medidas de natureza regulamentar que julgar necessárias à defesa e estímulo da produção e da exportação;

5) Orientar superiormente e realizar, quando necessário, a selecção das plantas frutícolas e hortícolas.

Art. 4.º As frutas e produtos hortícolas sujeitos à acção fiscalizadora da Delegação da Junta Nacional de Exportação de Frutas da Ilha da Madeira será aplicada, além da «Marca nacional» ou das marcas «Frutas portuguesas de exportação» e «Produtos hortícolas portugueses de exportação», a contramarca «Madeira».

Art. 5.º Pela Junta Nacional de Exportação de Frutas será feito o registo das marcas e das contramarcas a que se refere este artigo, não só para Portugal mas também para outros países, de harmonia com as convenções internacionais.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 25:465

Com fundamento nas disposições do § 4.º do artigo 13.º do decreto-lei n.º 24:124, de 30 de Junho de 1934;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Podem ser applicadas na sua totalidade as verbas do orçamento do Ministério da Agricultura para o ano económico de 1934-1935 abaixo designadas:

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral dos Serviços Florestals e Aquícolas

Despesas com o pessoal:

Artigo 94.º — Outras despesas com o pessoal:

1) Ajudas de custo.	180.360\$00
2) Despesas de deslocação	91.140\$00

Despesas com o material:

Artigo 97.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

2) De semoventes:	
b) Viaturas com motor.	120.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Henrique Linhares de Lima*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*—*Anibal de Mesquita Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Duarte Pacheco*—*José Silvestre Ferreira Bossa*—*Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação*—*Sebastião Garcia Ramires*—*Rafael da Silva Neves Duque*.